

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Noventa e um.
O PADRE VITOR PIMENTEL PEREIRA - ... noventa e um.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Naquela ocasião, oitenta e alguns.

O PADRE VITOR PIMENTEL PEREIRA - Exatamente.
Então, uma pessoa de fé. Muito bom ter uma pessoa fé como Presidente disso. Sei da sua qualidade humana e religiosa. Os outros Deputados eu não conheço, mas imagino que são pessoas também de altíssimo nível humano e religioso também.

Mas aqui respondendo à Deputada Adriana: olha, é um passo de formiguinha. Nós, coordenados pelo Cardeal do Rio, montamos um grupo com pessoas de vários credos diferentes e fazemos a disseminação. Nós chamamos as lideranças e: fulano, você é evangélico, conhece alguma liderança nessa comunidade, nesse local? Chama para conversar com a gente. Participa de reunião, café da manhã com o Cardeal, com pessoas evangélicas, candomblecistas, umbandistas. Uma iniciativa da sociedade civil de tentar disseminar.

Outra coisa interessante, que o próprio Deputado Waldeck acabou de informar: a inserção no currículo das escolas, especialmente fundamentais, da questão do respeito à diversidade também em matéria religiosa. E como aqui no Estado nós temos as aulas de religião de acordo com a fé, o credo de cada criança, é possível e necessário que no currículo, mesmo que você dê a fé confessional - como o STF o permite -, conste o valor do respeito à liberdade religiosa. É importante que durante toda a caminhada do ensino religioso confessional você tenha também uma formação valorativa, sobretudo o respeito. Isso é importante que conste do currículo estadual. Muito importante.

E, por fim, minha última contribuição, Deputada, contribuição à CPI: quando forem pedir os registros policiais do tipo penal, temos que lembrar que temos que pedir os registros de dois tipos penais diferentes: o tradicional do art. 208 do Código Penal e o que quando são situações mais de discriminação configurada da Lei Caó, a Lei 7.716 de 1989, que no art. 20 diz que é crime praticar, induzir ou incitar discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Então, quando em ofício pedirem os registros à Polícia Civil, tem que pedir artigo 208 do Código Penal, que é pena máxima de um ano, e artigo 20 da Lei Caó, 7.716/89, cuja pena mínima também é baixa, um ano, pena máxima três anos. nas modalidades qualificadas, por exemplo, com uso de meio de comunicação social, aí fica a pena mínima de dois, pena máxima de cinco, aumenta um pouquinho. São esses dois tipos penais que têm que ser pedidos em ofício os registros, 208 do CP e artigo 20 da Lei 7.716 de 1989.

Precisando de ajuda depois, coloco-me à disposição sobre essas questões legais por conta da minha formação jurídica também. Muito obrigado a todos por nos ouvirem no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Pedindo, mais uma vez, Padre Vitor, vou lhe passar um "zap" para nós recebermos seu trabalho.

Dizer, Mãe Nilce, que foi uma alegria rever a senhora, que nos representa no Conselho Estadual das Mulheres. Sua fala do papel da fé como acolhimento nos tocou. Agradeço ao Padre Vitor por sua explanação sob um olhar mais temático. Ambas as participações foram importantes para construir um bom diagnóstico e as estratégias para enfrentar os casos de racismo religioso.

A SRA. TIA JU - Deputada Martha Rocha, apenas para dizer ao Deputado Átila que o ateu tem a liberdade de não crer em nada, mas vejo ateu - conheço ateu também - que trazem a essência do amor e da paz. Eles creem no amor e na paz.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Nada mais havendo a tratar, comunico que estaremos novamente reunidos na próxima terça-feira, às 10h30.

Está encerrada a reunião. Muito obrigada a todos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RESOLUÇÃO Nº 382/2021)

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito em epígrafe, instituída pela Resolução nº 382/2021, para a realização da 4ª Reunião Ordinária, através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme estabelece o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 junho de 2020, sob a Presidência da Senhora Deputada Martha Rocha, e com as presenças dos Senhores Deputados, Tia Ju - Vice-Presidente, Átila Nunes - Relator, Mônica Francisco, Waldeck Carneiro e Noel de Carvalho, membros efetivos e das Senhoras Deputadas Renata Souza e Adriana Balthazar, membros suplentes da Comissão. Abertos os trabalhos, a Senhora Presidente informou aos seus pares que o objetivo da presente reunião era ouvir o Sr. Jayro Pereira, Secretário Executivo do Instituto do Pensar Fazer-Sendo, o Sr. Adailton Moreira, Babalorixá e o Dr. Gilbert Stivanello, Delegado de Polícia - Assistente da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional da Polícia Civil. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos convidados e informou que disponibilizaria o tempo de vinte minutos para que cada um fizesse suas considerações acerca do tema da CPI, passando a palavra, inicialmente, ao Senhor Jayro Pereira, que discorreu sobre a organização do mundo Judaico, Cristão e Cartesiano. Após, mencionou sobre a subalternização dos povos, bem como o ódio como elemento estrutural e estruturante. Passada a palavra o Senhor Adailton Moreira, o mesmo explicou não estar mais Coordenador do Centro de Referência de Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, que hoje ele é um Babalorixá, militante dos Direitos Humanos. Após, iniciou sua exposição agradecendo o convite e narrou a importância da constituição da Comissão que contribui para reparar todo o racismo estrutural e racismo religioso vivenciado em nossa sociedade por anos e anos. Em seguida, a Senhora Presidente agradeceu a participação do Senhor Adailton Pereira e passou a palavra para o Dr. Gilbert Stivanello, que foi o primeiro delegado titular a trabalhar com o tema em questão da Comissão. Com a palavra, o Dr. Gilbert Stivanello fez um preâmbulo discorrendo sobre a importância das leis e o parlamento, mencionando, ainda, da dificuldade em garantir que a denúncia chegue até as delegacias, uma vez que os denunciante muitas das vezes residem no mesmo local da ocorrência do crime. Após a explanação do Dr. Gilbert Stivanello, a Senhora Presidente agradeceu ao delegado e fez algumas ponderações sobre a sua experiência frente à Decradi. Continuando os trabalhos, foi passada a palavra para a Senhora Deputada Tia Ju, que fez perguntas aos convidados, tendo sido prontamente respondidas. Após, a Senhora Presidente passou a palavra para os demais Deputados para que fizessem suas perguntas e considerações finais. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata, cujas notas taquigráficas, em separado, a integram, ata esta que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Sala das Comissões (plataforma digital), em quinze de junho de 2021. (a) Orlando de S. S. Junior - Secretário "ad hoc" (a) Deputada MARTHA ROCHA - Presidente

(Notas Taquigráficas)

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Bom-dia a todas e todos, às dez horas e trinta e cinco minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e um, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas e consequências dos casos de Intolerância Religiosa no Estado do Rio de Janeiro e contando com a presença dos excelentíssimos senhores e senhoras Deputada Tia Ju, Vice-Presidente; Deputado Átila Nunes, Relator; Deputada Mônica Francisco; presente também a assessoria da Deputada Dani Monteiro; em deslocamento a Deputada Adriana Balthazar, dou por abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária, com a seguinte pauta: oitiva do Delegado de Polícia Gilbert Stivanello, da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional da Polícia Civil; do Dr.

Jayro Pereira, Secretário Executivo do Instituto do Pensar, Fazer, Sendo; do Dr. Adailton Moreira, Coordenador do Centro de Referência de Liberdade Religiosa e Direitos Humanos.

Então, dando mais uma vez as boas-vindas a todas e todos, indago ao Dr. Adailton e ao Dr. Jayro quem deseja fazer uso primeiro da fala.

É indiferente.

Dr. Jayro?

Pois não.

O SR. ADAILTON MOREIRA - Eu indico o Dr. Jayro.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Perfeito.

A SRA. TIA JU - Só para registrar a assessoria do Deputado Waldeck Carneiro e a assessoria do Deputado Noel de Carvalho. É só para corroborar aí com V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - MUITÍSSIMO obrigada, Deputada.

A SRA. TIA JU - Vi no chat aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - MUITÍSSIMO obrigada.

Então, presente também, como disse a nossa Vice-Presidente, as assessorias do Deputado Waldeck Carneiro e Noel de Carvalho.

Então, damos início às nossas oitivas de hoje, ouvindo o Secretário Executivo do Instituto Pensar, Fazer, Sendo, Dr. Jayro Pereira; e fazendo aqui um acordo de procedimento para que cada palestrante fará uso de 20 minutos porque temos uma previsão, no Regimento Interno, que não podemos manter uma audiência quando o Plenário está em funcionamento.

Então, teremos que encerrar a nossa oitiva às 12h30.

Dr. Jayro, a palavra é sua, muito obrigada pela sua presença.

O SR. JAYRO PEREIRA - Eu que agradeço, agradeço o convite. Inicialmente, queria, com a bênção a Baba(?) Mir(?) Adailton Moreira Costa, Aori(?). E, inicialmente, eu gostaria muito de fazer uma pequena análise de como o mundo judaico, cristão, ocidental, cartesiano foi e está organizado. Fico um pouco querendo falar sobre isso brevemente porque sem esses elementos de um passado histórico de construção, de organização do mundo e da sociedade brasileira - e a compreensão do Estado-Nação, a sua estrutura, como ele está organizado -, a gente pode estar fazendo concessões.

Concessões, aí, é o Parlamento, nos seus níveis municipais, estaduais e nacional, vai fazer concessões, não vai realmente resolver, solucionar porque tem uma estrutura, uma estrutura mundial, tem uma dicotomia, tem uma... Tem um maniqueísmo estrutural e estruturante que organiza e dá sentido à dinâmica das relações sociais, religiosas sobretudo. Não compreender isso é a gente ficar ali tateando, fazendo de conta que está resolvendo algumas coisas, quando a gente está apenas ajudando ao Estado a não encarar sua estrutura de opressão, de violência.

E, pensando nisso, queria me reportar, me lembrar do Cheikh Anta Diop, um historiador, um filósofo, ele tinha várias formações. Um senegalês, que ele disse que o mundo estava organizado em duas dimensões civilizatórias ou civilizações, que, resumidamente eu - e está aqui repercutido no Brasil o livro do Carlos Moore, "Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para combater e compreender o racismo nas suas dimensões". O Cheikh Anta Diop vai dizer desses dois berços civilizatórios e que eu resumo como berço da xenofobia e o berço da xenofilia. O ódio é um elemento estrutural e estruturante do Estado-Nação da sociedade brasileira, nessa dimensão ocidental, judaico, cristã, cartesiana. Repito: não entender isso é a gente, com as maiores da boa vontade vir fazendo concessões no Estado, que tem uma estrutura e essa estrutura é como que inabalável. E, aí, claro, a gente vai criando situações de amortecê-lo, de distensioná-lo, porque realmente é... Concretamente não vai resolver as questões que ele mesmo criou, que ele estabelece. O Estado-Nação é o mantenedor de todas essas violências. É o mantenedor do racismo, é o mantenedor do racismo religioso, é o mantenedor da intolerância religiosa. E evidentemente que nessa dimensão se estabelecem grupos sociais, que querem realmente diminuir ou minorar essa relação subalterna, de subalternidade que o Estado-Nação construiu, estabelece e mantém, não é? E outros segmentos que o alimenta, que o estrutura e dá sentido. A gente passa por uma situação desse País onde a gente percebe que tem uma... Que tem aqueles e aquelas, as estruturas e as instituições que mantêm e que corroboram com essa visão do ódio, da xenofobia.

Não entender isso, me desculpe, é mero equívoco de quem quer que seja. Querida dizer isso, para que a gente até tomasse consciência de que a gente está aqui reunido nessa CPI importante, acho que a gente vai encontrar soluções - soluções medianas, que vão, talvez, minorar o problema. A gente não vai resolver. E, por exemplo, a questão do maniqueísmo, da dualidade, do bem e do mal. É uma coisa que está estruturada na sociedade brasileira e que orienta o imaginário, o imaginário da população mundial e brasileira.

Nós sobrevivemos no Estado-Nação Brasil permeado pela colonialidade. O que é colonialidade? É o imaginário que determinou as invasões de África, a subalternização dos povos, a invasão, a subalternização, a pilhagem material e simbólica dos povos. E está hoje estruturado como lugares supostamente de democracia, de direitos, de igualdades, não é? São suposições que esse Estado criou e que a gente... Tem instituições que se organizam para fazer defesas de um Estado cosmopolita, onde as suas várias contribuições civilizatórias, culturais e religiosas sejam respeitadas fundamentalmente.

Então, o maniqueísmo é o alimento... E, aí, quando você vai ver, por exemplo, essa questão judaico-cristã e vai pensar com essa história das religiões, do catolicismo foram organizadas. Depois da reforma do pentecostalismo e depois desse neopentecostalismo. Desse neopentecostalismo permeado com violência semântica e semiológica, que é isso que as igrejas, por exemplo, neopentecostais... Se organizado, estão organizadas. Quer dizer, o texto teológico, em que ela se sustenta e se mantém, são textos do Antigo Testamento, utilizado por pessoas que não têm nenhuma formação, que não sabem o que é exegese, que não sabem o que é hermenêutica.

Então, eles pegam o texto ali como está e aplicam, porque também ele é passível de toda uma subalternidade existencial e que encontra responsabilização pelo seu lugar subalterno nessa visão você vai cristã, cartesiana e maniqueísta.

Então, entender isso é fundamental para que a gente perceba o que é a intolerância religiosa, o que é o racismo religioso. Na década de 80, a gente... Eu sou um baiano, estou aqui na Bahia. Voltei para a Bahia agora, depois de 71 anos. Sou um baiano que vivi aí pelo Brasil lá fora, daí. Sou um ex-seminarista, sou um ex-monge cisterciense, sou um teólogo. Um teólogo de formação, mas que me qualifico como "afrotólogo", alguém que está estudando, percebendo que visão de mundo é essa, que estrutura filosófica e teológica sustentam e dimensionam o que a gente chama de tradição de matriz africana. Como pressupostos que dinamizam uma existência, uma dinâmica existencial e não religiosa, que é também outra coisa que nessa... Nas arapucas e nas armadilhas do colonialismo, a gente caiu, virou religião e aí o ocidente aplicou para nós o lugar do mal, etc. e tal. Isso é um negócio que precisa... Que as pessoas precisam aprender. Entender como é que o racismo, que a intolerância religiosa, como é que o racismo... As bases que o sustentam, que o dimensionam e que vão sustentá-lo, ao longo do processo.

Então, na Baixada Fluminense, quando a gente percebeu, com base no estudo do Estado Novo, na perseguição, naquela época, à tradição de matriz africana, onde a Polícia era fundamental. A Polícia era a perseguidora, em potencial dos Terreiros. Não é à toa que Mãe Beata... Maior, não é? Mãe Beata,, Mãe Meninazinha, Adailton Moreira Costa, que está aí hoje, um Baba(?) Mir(?), que hoje mantém e que dinamiza o Ilê como Omiojuaró.

Quando a gente senta, pensa, tudo isso... Pensa isso, não só pensa a intolerância religiosa, as violências, invasão de Terreiro, as violências simbólicas e materiais. Mas como é que a gente pensa de onde está estruturada, está sedimentada essa ideia da intolerância religiosa e das violências? Os meninos que estão aí nas favelas desprivilegiadamente e que vão atacar os Terreiros, eles são objeto, são alvo desse colonialismo e dessa colonialidade da desigualdade, da subalternidade e que compreende que o lugar que foi reservado para eles é um lugar subalterno e um lugar do mau. E isso é uma porta de entrada para isso que a gente chama de neopentecostalismo.

Então, quando a gente começou o projeto Tradição dos Orixás, na década de 80, e que fizemos o primeiro dossiê, fomos nós, que fizemos, não foi outro grupo nem ninguém que fez o dossiê, a aberração de (não compreendido) fomos nós, a Né(?), a Tânia Sades(?) Moreira, o Carlos Nobre, com Baba(?) Adailton, que era jovem, mas contribuiu muito com o pensamento, com a estrutura, com o pensar o que era intolerância, o que era racismo religioso.

E com a promotora Tânia Moreira Sales, com o Carlos Nobre, com a minha ajuda, com a ajuda da Gésia(?) Moreira(?), que era uma componente do projeto Tradição dos Orixás, a gente elaborou esse dossiê e demos a primeira entrada no Ministério Público Federal, através do Aristides Junqueira, do primeiro documento, que virou um processo e está aí não sei onde, mas que a CPI poderia até buscar esse dossiê, saber onde ele se encontra. Eu sei que ele foi arquivado ou extraviado aí no Rio de Janeiro. Porque a gente localizou a violência, a intolerância religiosa, em várias partes do Brasil.

Então, inicialmente, era isso que eu queria dizer. Que o racismo e que a violência simbólica e material aos Terreiros e aos adeptos da tradição de matriz africana se inscrevem num processo, numa dinâmica histórica de pensar o mundo, de pensar as relações sociais, de pensar a dinâmica religiosa.

Então, o maniqueísmo, a dualidade, o bem e o mal é o pressuposto estrutural e fundante desse ódio que foi exercido no processo do colonialismo e que vem se arrastando nessa dinâmica do Estado-Nação e do (não compreendido) e do mundo.

Então, isso é preciso que seja compreendido, para que a gente possa pensar elementos mais cotidianos ou na estrutura desse Estado-Nação, permeado pela colonialidade, com o elemento do ódio, da raiva, da dicotomia, do maniqueísmo do bem e do mal. A gente vai, realmente, possibilitando que a reconstrução de um Estado realmente cosmopolita e que os grupos civilizatórios, com sua dinâmica existencial, com o seu complexo epistemológico, teológico, filosófico, como a visão de mundo africana, possa realmente conviver com outras formas de conceber e sua dinâmica religiosa, teológica, filosófica, econômica, cultural, etc. Parece-me que se o Brasil, se o Estado-Nação, se o Parlamento não atentar para isso, a gente passa a ser, apesar das nossas boas vontades, coniventes com essa estrutura do Estado-Nação.

Então, queria dizer um pouco isso, muito *en passant*, para que a gente tivesse um pouco mais de consciência do que a gente está fazendo. E, aí, claro, elogiar...

Esperem um momentinho, por favor. Ana, só parar um pouco aí porque eu estou aqui falando. Desculpe, só pedir um (não compreendido). Não, Ana, é porque interferiu aqui o barulho. Só desculpe, porque a gente está aqui na alimentação, aí ligou ali o negócio. Só quero pedir muita desculpa.

Então queria chamar a atenção e, aí, dizer, elogiar a Comissão. A gente tem que buscar soluções para minorar a questão da intolerância religiosa, da violência; buscar ações que a gente descolone o imaginário da sociedade brasileira. Isso vai ter uma interferência fundamental na intolerância religiosa. Agora, dizer que o próprio instrumento teológico como a Bíblia e que o Antigo Testamento desprovido desse povo que usa sobretudo o neopentecostalismo usa narrativas do Antigo Testamento para justificar a intolerância religiosa, que ele sabe da dinâmica de igualdade e da subalternidade dos povos oprimidos, dos povos que estão nas favelas, dos meninos que estão buscando forma econômica através do tráfico, etc. e tal.

Então, inicialmente, dizer isso. E muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Dr. Jayro, nós é que agradecemos. E quero lhe dizer que essas situações de "quem está em *home office*", acontece com todos nós; nós sempre somos surpreendidos pela dinâmica do local onde estamos das nossas casas e não há o que desculpar, apenas aplaudir as suas ponderações.

Obrigada.

O SR. JAYRO PEREIRA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - A gente volta ao debate na rodada de perguntas feitas pelos Deputados.

Eu queria então ouvir o Dr. Adailton Moreira, Coordenador do Centro de Referência de Liberdade Religiosa e Direitos Humanos.

O SR. ADAILTON MOREIRA - Bom-dia a todos e todas, bom-dia a essa Comissão, nobres Deputados, Deputadas, presentes aqui, representantes das assessorias das Deputadas Renata Souza, Tia Ju, bom, é só retificando que hoje eu não sou mais coordenador do Centro de Referência de Liberdade Religiosa e Direitos Humanos, hoje estou como Babalorixá do Ilê Axé Omiojuaró(?), Casa que eu recebi o legado de minha mãe biológica, Mãe Beata de Iemanjá, uma ativista dos direitos humanos, militantes dos direitos humanos no combate ao racismo estrutural e um nome comprometido com as causas da população negra.

Saúdo toda essa Comissão, saúdo essa CPI de extrema importância para um primeiro passo às reparações já reivindicadas há décadas. Jayro Pereira de Jesus foi meu mestre nesses primeiros encaminhamentos das discussões de racismo estrutural, racismo religioso, intolerância religiosa, desde a década de 80 ele vem fazendo um apanhado histórico desse crescente dos casos de racismo religioso de ódio religioso às populações predominantemente de religião de matriz africana e predominantemente negra.

É importante que nós nos atentemos a essas dimensões do próprio racismo no Estado Brasileiro, tem uma contribuição muito grande à perpetuação desse próprio racismo quando ele negligencia o seu lugar de Estado, quando ele negligencia a própria Constituição Federal, em seu art. 5º, que fala sobre a importância de liberdade religiosa enquanto conceito constitutivo da população brasileira.

Na verdade, então, é importante que a gente atente a esses dados históricos da colonialidade, do próprio sentimento de inviabilização e de negação da importância das tradições e culturas africanas no Brasil em diáspora, uma diáspora que a gente sabe muito bem, uma diáspora criada a partir da violência a essas populações negras, e. E da importância da construção desse Estado-Nação, a importância das tradições de matrizes africanas. É preciso que nós nos descolonizemos desse olhar sobre as populações africanas em diáspora, que não é somente a partir de um conceito de religiosidade ou de religião. Mas de populações que são negadas nos seus direitos constitutivos enquanto nações, etnias e tantas outras terminologias, invisibilizadas por um poder hegemônico. E importante ver também essa negligência do Estado Brasileiro no que se refere à salvaguarda dessas populações, historicamente falando. Desde a década de 80, Jayro Pereira de Jesus colocou aqui muito bem, que as denúncias vão sendo feitas em todas as instâncias deste País. É um poder crescente, é um poder de dominação e um poder de negação de outras tradições que não façam parte dessa tríade hegemônica de outras tradições. E as tradições de matrizes africanas não perpassam pelos mesmos olhares e as mesmas práticas de outras tradições. Esse não reconhecimento vai desde 1888, né? Jogados à própria sorte. Reflexo disso a gente vai identificar na contemporaneidade, nos cotidianos, nos territórios que refletem, esses jogados à própria sorte. Estado/Nação, a importância das tradições de matrizes africanas. Eu também não... É preciso que nós nos descolonizemos desse olhar sobre as populações africanas em diáspora, que não é somente a partir de um conceito de religiosidade ou de religião, mas de populações que são negadas nos seus direitos constitutivos enquanto nações, etnias e tantos outros... outras terminologias invisibilizadas por um poder hegemônico. E importante ver também essa negligência do Estado brasileiro no que se refere à salvaguarda dessas populações, historicamente falando. Desde a década de 80, o Jairo Pereira de Jesus colocou aqui muito bem, que as denúncias vão sendo feitas em todas as distâncias desse país. É um poder crescente, é um poder de dominação sobre... e um poder de negação de outras tradições que não façam parte dessa tríade hegemônica de outras tradições. As tradições de matrizes africanas não perpassam pelos mesmos olhares que as mesmas práticas de outras tradições. Esse não reconhecimento já vai desde 1888, jogados à própria sorte. Reflexo disso a gente vai identificar na contemporaneidade, nos cotidianos, nos territórios que refletem esses jogados à própria sorte. É importante perceber de como essas populações foram trazidas para o Brasil - sequestradas, trazidas, não - sequestradas para o Brasil e isso se tornou uma grande armadilha para todos nós. É importante que o Estado Democrático de Direito seja